UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – PPGPE

NOTA TÉCNICA

Título: As Evidências das Desigualdades Raciais na Gestão Escolar: recomendações para o Fortalecimento da Equidade Racial na Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo

Autoria: Mayara Lima Candido; Rosemeire dos Santos Brito

Data: 2026

EXPEDIENTE INSTITUCIONAL

Reitor
Eustáquio Vinícius de Castro

Vice-Reitora
Sonia Lopes Victor

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Valdemar Lacerda Júnior

Diretor do Centro de Educação
Reginaldo Célio Sobrinho

Vice-diretora do Centro de Educação
Silvana Ventorim

Coordenadora do PPGPE
Renata Duarte Simões

COMISSÃO CIENTÍFICA

Miriã Lúcia Luiz
Sônia Maria dos Santos

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras - Vitória - ES
CEP: 29075-073

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pela autora

---

L732e

Lima Candido, Mayara, 1988-

As evidências das desigualdades raciais na gestão escolar: recomendações para o fortalecimento da equidade racial na Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo / Mayara Lima Candido; Rosemeire dos Santos Brito. -- 2026.

19 f.

Orientadora: Rosemeire dos Santos Brito.

Trabalho de conclusão de curso (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação.

1. Gestão escolar. 2. Equidade racial. 3. Desigualdades raciais. 4. Educação antirracista. I. Brito, Rosemeire dos Santos. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. III. Título.

CDU: 37

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Autoria: Mayara Lima Candido; Rosemeire dos Santos Brito

Nível de ensino a que se destina: Educação Básica

Área de conhecimento: Educação

Público-alvo: Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu/ES), Superintendências Regionais de Educação, diretoras e diretores escolares da rede estadual de ensino do Espírito Santo.

Categoria: Nota Técnica (Produto Educacional)

Organização do produto: Documento estruturado em seções analíticas que apresentam os principais achados da pesquisa e um conjunto de recomendações voltadas ao aprimoramento das políticas educacionais relacionadas à direção escolar, à gestão democrática e à promoção da equidade racial na rede estadual de ensino.

Registro de propriedade intelectual: Ficha catalográfica emitida pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

Disponibilidade: Irrestrita, respeitada a autoria, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

Divulgação: Digital

URL: www.educacao.ufes.br

Processo de validação: Validado na banca de defesa da dissertação.

Impacto: Alto, por dialogar diretamente com os processos de formulação e implementação de políticas educacionais voltadas à gestão escolar, à liderança educacional e à promoção da equidade racial.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA NOTA TÉCNICA

Esta Nota Técnica constitui produto educacional decorrente da dissertação de mestrado intitulada *As evidências das desigualdades raciais na gestão escolar: olhares e práticas das diretoras e dos diretores da rede estadual de ensino do Espírito Santo (2019-2024)*, desenvolvida por Mayara Lima Candido no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPE/Ufes), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Rosemeire dos Santos Brito, e defendida em 2026. A pesquisa parte da compreensão de que as desigualdades raciais constituem processos históricos e estruturais que também se manifestam no campo educacional e, de modo particular, nos espaços de gestão escolar.

O objetivo geral da investigação foi analisar as percepções e as práticas das diretoras e dos diretores da rede estadual de ensino do Espírito Santo em relação às desigualdades raciais na gestão escolar, buscando compreender como essas percepções contribuem para a redução e a mitigação de práticas discriminatórias. De modo específico, a pesquisa buscou analisar a percepção dos gestores sobre a representatividade racial na gestão escolar; compreender como percebem e definem as desigualdades raciais no contexto escolar; identificar iniciativas adotadas para reduzi-las, especialmente a partir da implementação da Lei nº 10.639/2003; e propor recomendações para políticas e práticas voltadas à promoção da equidade racial nas escolas estaduais.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin (2016). A produção dos dados ocorreu por meio de dois instrumentos principais: questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas. O questionário foi aplicado a 107 gestores escolares vinculados às 11 Superintendências Regionais de Educação (SREs) do estado, possibilitando o mapeamento de percepções, tendências e recorrências relacionadas às questões raciais. Para o aprofundamento dessas informações, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas, em 2025, com gestores de seis SREs.

Os dados produzidos foram organizados, codificados e analisados segundo as etapas da Análise de Conteúdo, envolvendo pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Os resultados evidenciaram que, embora as diretoras e os diretores reconheçam, em sua maioria, a importância do enfrentamento ao racismo e da promoção da equidade racial, esse reconhecimento nem sempre se traduz em práticas permanentes de gestão. A pesquisa identificou diferenças significativas entre as percepções de gestores brancos e de gestores pretos e pardos, indicando que a experiência racial influencia as formas de compreender e interpretar as desigualdades.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA NOTA TÉCNICA

Também foram identificadas diferenças na representatividade racial dos cargos de direção entre as distintas SREs, além de desafios relacionados à incorporação da temática racial aos instrumentos de gestão e às práticas institucionais. Os dados apontaram, ainda, que a formação em Educação para as Relações Étnico-Raciais pode ampliar a capacidade dos gestores de identificar situações de discriminação e mobilizar estratégias de enfrentamento, mas seus efeitos dependem de continuidade, acompanhamento e articulação com as práticas cotidianas da gestão escolar. É a partir desse conjunto de evidências que esta Nota Técnica se estrutura. Seu propósito é transformar os principais achados da investigação em recomendações destinadas ao fortalecimento das políticas de seleção, formação, desenvolvimento, acompanhamento e diversificação das lideranças escolares, bem como à institucionalização da Educação para as Relações Étnico-Raciais e da promoção da equidade racial na rede estadual de ensino do Espírito Santo.

ASPECTOS RELEVANTES DA NOTA TÉCNICA

Inovação

Articulação entre evidências empíricas produzidas em pesquisa acadêmica e recomendações orientadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas educacionais, contribuindo para a tradução do conhecimento científico em instrumento de gestão e tomada de decisão.

Origem do Produto

Dissertação intitulada "As evidências das desigualdades raciais na gestão escolar: olhares e práticas das diretoras e dos diretores da rede estadual de ensino do Espírito Santo (2019-2024)", desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPE/Ufes).

FINALIDADE DA NOTA TÉCNICA

Sistematizar os principais achados da pesquisa "As evidências das desigualdades raciais na gestão escolar: olhares e práticas das diretoras e dos diretores da rede estadual de ensino do Espírito Santo (2019-2024)" e apresentar recomendações destinadas à Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo para o fortalecimento das políticas de seleção, formação, acompanhamento e desenvolvimento de lideranças escolares comprometidas com a promoção da equidade racial e com a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

De forma específica, esta Nota Técnica busca:

Subsidiar a tomada de decisão da Secretaria de Estado da Educação a partir de evidências produzidas em pesquisa acadêmica;

Contribuir para o aperfeiçoamento das políticas relacionadas à seleção, à formação e ao desenvolvimento de diretoras e diretores escolares;

Fortalecer mecanismos institucionais voltados à promoção da equidade racial no âmbito da gestão educacional;

Apoiar a implementação, o acompanhamento e a avaliação das políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais na rede estadual de ensino;

Ampliar o debate sobre representatividade, liderança escolar e enfrentamento das desigualdades raciais nos espaços de gestão educacional.

APRESENTAÇÃO

A presente Nota Técnica constitui-se como produto educacional vinculado à dissertação intitulada *As evidências das desigualdades raciais na gestão escolar: olhares e práticas das diretoras e dos diretores da rede estadual de ensino do Espírito Santo (2019-2024)*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPE/Ufes) e defendida em 2026.

Por que uma Nota Técnica?

> *Porque há, muitas vezes, um intervalo entre aquilo que sabemos e aquilo que fazemos.*

Esta Nota nasce exatamente nesse intervalo. Resulta de uma pesquisa que investigou as percepções e práticas de diretoras e diretores da rede estadual de ensino do Espírito Santo e que, agora, retorna à gestão educacional sob a forma de recomendações construídas a partir das evidências produzidas ao longo da investigação.

A escolha pela denominação "nota técnica" deve ser compreendida para além de seu sentido estritamente normativo. Este documento não tem por finalidade prescrever procedimentos ou apresentar respostas definitivas. Seu propósito é sistematizar evidências, produzir reflexão e contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais relacionadas à gestão escolar e à promoção da equidade racial.

A pesquisa que lhe deu origem partiu do entendimento de que as desigualdades raciais constituem um fenômeno histórico e estrutural que atravessa instituições, trajetórias, relações sociais e formas de exercício do poder. No campo educacional, tais desigualdades se expressam de diferentes maneiras e desafiam continuamente os sistemas de ensino na construção de respostas capazes de promover maior justiça e equidade.

Ao reunir dados produzidos por meio de questionários e entrevistas, foi possível evidenciar não apenas aquilo que se afirma sobre o racismo na escola, mas também aspectos que, por vezes, permanecem naturalizados, silenciados ou deslocados para o campo do não dito. Os resultados revelam que, embora haja reconhecimento da importância da pauta antirracista, persistem diferenças significativas na forma como as desigualdades raciais são percebidas, compreendidas e incorporadas às práticas de gestão escolar.

A análise também evidenciou que a experiência racial das diretoras e dos diretores influencia suas leituras sobre a realidade educacional. Diretoras e diretores pretos e pardos tendem a apresentar uma compreensão mais crítica das desigualdades raciais e de seus efeitos no cotidiano escolar, articulando essa percepção a práticas mais intencionais de enfrentamento. Entre parte dos gestores brancos, observam-se perspectivas distintas acerca das formas pelas quais o racismo estrutura oportunidades, trajetórias e posições de poder.

PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA

A pesquisa evidenciou que as desigualdades raciais atravessam a gestão escolar e influenciam as formas pelas quais diretoras e diretores percebem, interpretam e enfrentam o racismo no cotidiano das escolas. Os resultados apontam avanços importantes na incorporação da pauta antirracista à agenda educacional, mas também revelam desafios relacionados à sua institucionalização no âmbito da gestão escolar.

1. **Entre o reconhecimento e a prática**
   As diretoras e os diretores, em sua maioria, reconhecem a importância do enfrentamento ao racismo e da promoção da equidade racial. Contudo, esse reconhecimento nem sempre se traduz em práticas permanentes de gestão. Os dados indicam que a pauta racial ainda depende, em muitos contextos, da iniciativa individual das lideranças escolares.
2. **A experiência racial influencia a leitura da realidade**
   Diretoras e diretores pretos e pardos tendem a apresentar uma leitura mais crítica do racismo e de seus impactos no cotidiano escolar. Já entre parte dos gestores brancos, observa-se uma compreensão mais vinculada a situações pontuais ou individuais.
3. **A "almofada" protetora da branquitude**
   Os dados sugerem dificuldades, por parte de alguns gestores, em reconhecer o papel dos privilégios raciais na configuração dos espaços de poder e liderança, contribuindo para a reprodução de desigualdades mesmo em contextos de aparente compromisso com a pauta antirracista.
4. **Representatividade e prática de gestão**
   A presença de gestores negros associa-se a uma maior incorporação da pauta racial às práticas escolares, influenciando a forma de compreender as desigualdades raciais e implementar ações voltadas à promoção da equidade.

PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA

5. Formação: presença e limites
Embora haja oferta de formações relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais, sua efetividade depende de processos de continuidade, acompanhamento e integração ao planejamento escolar. A formação, quando desvinculada da prática cotidiana da gestão, tende a produzir efeitos limitados.

6. O racismo também se manifesta no exercício da gestão
As entrevistas evidenciam experiências marcadas por processos de vigilância, validação permanente e necessidade de afirmação de competência por parte de gestores negros. Os relatos revelam que o racismo não se manifesta apenas nas relações pedagógicas ou entre estudantes, mas também nos espaços de liderança e exercício do poder institucional.

> *"Eu precisava provar que era capaz. Quando assumi a gestão, fui buscar cursos, me matriculei no mestrado, busquei conhecimento porque não queria que ninguém dissesse que eu não era capaz de estar ali. Claro que tudo isso me trouxe ganhos, mas eu sei que, no fundo, existia também uma necessidade de não ser rejeitada."* (Entrevistada F, 15 de março de 2026)

DAS EVIDÊNCIAS À AÇÃO: RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA EQUIDADE RACIAL NA GESTÃO ESCOLAR

Os achados apresentados nesta Nota Técnica evidenciam que a promoção da equidade racial na gestão escolar demanda mais do que o compromisso individual das diretoras e dos diretores. Trata-se de um desafio institucional que requer políticas, processos, formação, acompanhamento e mecanismos permanentes de indução e monitoramento.

Nesse sentido, as recomendações a seguir foram elaboradas a partir das evidências produzidas pela pesquisa e destinam-se a subsidiar o fortalecimento das políticas da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo voltadas à seleção, formação, desenvolvimento e acompanhamento de diretores escolares, bem como à implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais na rede estadual de ensino.

As recomendações estão organizadas em quatro eixos temáticos:

- Eixo 1: Seleção e Diversificação das Lideranças Escolares
- Eixo 2: Formação e Desenvolvimento de Lideranças para a Equidade Racial
- Eixo 3: Governança, Monitoramento e Fortalecimento Institucional da Equidade Racial
- Eixo 4: Gestão Democrática e Implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais

Cada eixo apresenta recomendações específicas acompanhadas de justificativas baseadas nos resultados da pesquisa, visando orientar a formulação e o aperfeiçoamento de políticas educacionais comprometidas com a promoção da equidade racial.

EIXO 1 – SELEÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS LIDERANÇAS ESCOLARES

Recomendação 1

Incorporar competências relacionadas à promoção da equidade racial, à valorização da diversidade e à Educação para as Relações Étnico-Raciais na matriz de competências e no perfil profissional esperado das diretoras e dos diretores escolares da rede estadual.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que as percepções das diretoras e dos diretores sobre as desigualdades raciais não são homogêneas e influenciam diretamente as formas de compreender, priorizar e implementar ações voltadas à promoção da equidade racial no ambiente escolar. Os dados também demonstram que a experiência racial dos gestores repercute sobre a leitura que realizam dos desafios enfrentados por estudantes negros e sobre a incorporação da temática aos instrumentos de gestão e às práticas institucionais.

Nesse contexto, recomenda-se que a Secretaria de Estado da Educação incorpore, entre as competências esperadas para o exercício da direção escolar, conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à promoção da equidade racial, à valorização da diversidade e à implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

A medida contribuirá para alinhar os processos de gestão escolar aos princípios da educação inclusiva, da gestão democrática e das políticas educacionais voltadas à redução das desigualdades, fortalecendo a atuação das lideranças escolares na construção de ambientes educacionais mais equitativos.

EIXO 1 – SELEÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS LIDERANÇAS ESCOLARES

Recomendação 2

Considerar aspectos relacionados à promoção da equidade racial nos processos de seleção de diretoras e diretores escolares.

A pesquisa identificou que o reconhecimento da importância da pauta racial nem sempre se traduz em práticas efetivas de gestão. Também evidenciou que parte das diferenças observadas entre os participantes está relacionada à compreensão das dimensões estruturais do racismo e ao papel da escola no enfrentamento das desigualdades raciais.

Diante desse cenário, recomenda-se que os processos de seleção para diretoras e diretores escolares incorporem mecanismos capazes de aferir a capacidade dos candidatos de compreender e atuar frente aos desafios relacionados à equidade racial no contexto educacional.

Sugere-se que os planos de ação apresentados pelos candidatos contemplem estratégias voltadas à promoção da equidade racial, à implementação da Lei nº 10.639/2003 e ao enfrentamento das desigualdades educacionais. Recomenda-se, ainda, que as entrevistas técnicas e demais instrumentos avaliativos possibilitem analisar como os candidatos mobilizam esses conhecimentos na resolução de situações concretas vivenciadas no cotidiano escolar.

Ao incorporar tais elementos aos processos de seleção, a rede estadual fortalece a constituição de lideranças alinhadas aos princípios da equidade, da inclusão e da garantia do direito à educação para todos os estudantes.

Recomendação 3

Monitorar sistematicamente o perfil racial das diretoras e dos diretores escolares da rede estadual de ensino do Espírito Santo e adotar estratégias voltadas à ampliação da diversidade racial nos espaços de liderança.

A pesquisa evidencia diferenças de percepção entre diretoras e diretores brancos e diretoras e diretores pretos e pardos em relação às desigualdades raciais e ao papel da gestão escolar no seu enfrentamento. Também revela a existência de desafios relacionados à representatividade racial nos cargos de direção.

Diante desse cenário, recomenda-se a produção periódica de indicadores sobre raça/cor das diretoras e dos diretores escolares, com acompanhamento por rede e por Superintendência Regional de Educação. Recomenda-se, ainda, o desenvolvimento de ações afirmativas e estratégias de indução voltadas à ampliação da participação de profissionais pretos e pardos nos processos de seleção para diretor escolar, incluindo iniciativas de mobilização, formação preparatória, mentoria para lideranças emergentes e outras medidas compatíveis com o ordenamento jurídico vigente.

Como horizonte institucional, sugere-se que a composição racial das diretoras e dos diretores escolares se aproxime progressivamente da distribuição observada entre professores e estudantes da rede estadual de ensino do Espírito Santo.

EIXO 2 – FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS PARA A EQUIDADE RACIAL

Recomendação 4

Instituir uma política permanente de formação continuada para diretoras e diretores escolares voltada à promoção da equidade racial.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que, embora exista amplo reconhecimento da importância da pauta antirracista entre os participantes, persistem diferenças significativas na compreensão das desigualdades raciais, das múltiplas manifestações do racismo e do papel da gestão escolar na promoção da equidade. Os dados também indicam que gestores que participaram de processos formativos relacionados à Educação para as Relações Étnico-Raciais demonstraram maior capacidade de identificar situações de discriminação, compreender seus impactos no cotidiano escolar e mobilizar estratégias institucionais para seu enfrentamento.

Nesse contexto, recomenda-se que a Secretaria de Estado da Educação consolide uma política permanente de formação continuada destinada às diretoras e aos diretores escolares, assegurando a integração sistemática de conteúdos relacionados à Educação para as Relações Étnico-Raciais, ao racismo estrutural, ao racismo institucional, à implementação da Lei nº 10.639/2003 e às práticas de gestão comprometidas com a equidade racial.

A medida contribuirá para fortalecer a atuação das lideranças escolares e ampliar sua capacidade de incorporar a perspectiva da equidade racial aos processos de planejamento, gestão pedagógica e tomada de decisão.

Recomendação 5

Incluir módulo específico sobre gestão escolar e equidade racial na Formação Inicial de Diretores Escolares (FORDIR).

A pesquisa evidencia que a incorporação da pauta racial à gestão escolar não ocorre de forma espontânea, dependendo de processos formativos que favoreçam a compreensão das desigualdades raciais como fenômeno histórico, social e institucional que também atravessa o cotidiano das escolas.

Considerando que a Formação Inicial de Diretores Escolares (FORDIR) constitui uma das principais estratégias de preparação das lideranças da rede estadual, recomenda-se a inclusão de módulo específico voltado à gestão escolar para a equidade racial.

Sugere-se que o componente contemple aspectos conceituais, normativos e práticos relacionados à Educação para as Relações Étnico-Raciais, à legislação vigente, à implementação de políticas educacionais voltadas à equidade e ao enfrentamento de situações de racismo no ambiente escolar.

Ao integrar essa temática à formação inicial, a Sedu/ES fortalece a preparação das novas lideranças e amplia as condições institucionais para a construção de escolas mais inclusivas e comprometidas com a justiça racial.

EIXO 2 – FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS PARA A EQUIDADE RACIAL

Recomendação 6

Promover espaços permanentes de intercâmbio e aprendizagem entre diretoras e diretores escolares sobre práticas de gestão voltadas à promoção da equidade racial.

Os resultados da pesquisa identificaram experiências relevantes desenvolvidas por diretoras e diretores escolares que vêm contribuindo para a valorização da diversidade, o fortalecimento da identidade racial dos estudantes e a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais nas escolas da rede estadual. Entretanto, muitas dessas iniciativas permanecem restritas aos contextos locais em que foram produzidas, limitando seu potencial de disseminação e aprendizagem institucional.

Dessa forma, recomenda-se a criação de espaços permanentes de intercâmbio entre gestores escolares, por meio de seminários, grupos de trabalho, comunidades de aprendizagem e outras estratégias colaborativas que possibilitem a socialização de experiências, desafios e soluções construídas no cotidiano escolar.

A iniciativa poderá contribuir para fortalecer a aprendizagem entre pares, ampliar o repertório das lideranças escolares e consolidar uma cultura institucional orientada pela promoção da equidade racial.

Recomendação 7

Estimular a produção, sistematização e disseminação de práticas exitosas relacionadas à promoção da equidade racial no âmbito da gestão escolar.

A pesquisa demonstra que as ações voltadas à promoção da equidade racial assumem diferentes configurações nas escolas da rede estadual, revelando experiências que podem contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais e para o fortalecimento da atuação das diretoras e dos diretores escolares. Entretanto, muitas dessas iniciativas permanecem restritas aos contextos locais em que foram desenvolvidas, limitando seu potencial de disseminação e aprendizagem institucional.

Nesse sentido, recomenda-se que a Secretaria de Estado da Educação desenvolva mecanismos permanentes de identificação, registro, sistematização e divulgação dessas experiências, por meio de publicações, bancos de práticas, mostras pedagógicas, seminários temáticos e outras iniciativas de compartilhamento institucional.

Sugere-se que essa estratégia seja articulada às ações já desenvolvidas no âmbito do Programa de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ProERER), fortalecendo sua atuação como espaço de indução, valorização e disseminação de práticas voltadas à promoção da equidade racial na rede estadual de ensino.

A sistematização dessas experiências poderá favorecer a circulação de conhecimentos produzidos nas escolas, fortalecer a implementação das políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais e ampliar as referências disponíveis para diretoras e diretores escolares na construção de ambientes educacionais mais inclusivos, democráticos e comprometidos com a justiça racial.

EIXO 3 – GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA EQUIDADE RACIAL

Recomendação 8

Incorporar a perspectiva da equidade racial aos instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação da rede estadual de ensino.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que, embora haja reconhecimento da importância da temática racial no âmbito das escolas, sua incorporação aos processos de gestão ocorre de forma desigual entre as unidades escolares. Tal cenário reforça a necessidade de que a promoção da equidade racial seja compreendida não apenas como uma iniciativa individual das diretoras e dos diretores, mas como uma diretriz institucional da rede estadual de ensino.

Nesse sentido, recomenda-se que a Secretaria de Estado da Educação incorpore a perspectiva da equidade racial aos instrumentos de planejamento e acompanhamento da gestão escolar, incluindo orientações, referenciais, indicadores e processos de monitoramento já existentes.

A medida contribuirá para fortalecer o alinhamento entre as políticas educacionais da rede e os compromissos assumidos pela legislação educacional brasileira no campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Recomendação 9

Fortalecer a utilização de indicadores educacionais e raciais nos processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão da rede estadual de ensino.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que as desigualdades raciais se manifestam de diferentes formas no contexto escolar e que sua identificação nem sempre ocorre de maneira uniforme entre as diretoras e os diretores escolares. Tal cenário reforça a importância da utilização de evidências para subsidiar a formulação, o acompanhamento e o aprimoramento das políticas educacionais voltadas à promoção da equidade racial.

Nesse sentido, recomenda-se que os indicadores já produzidos pela Secretaria de Estado da Educação passem a subsidiar, de maneira mais sistemática, os processos de planejamento, assessoramento e acompanhamento das escolas, possibilitando análises que considerem as desigualdades raciais presentes nos diferentes territórios e contextos educacionais.

Sugere-se, ainda, que os dados relacionados ao perfil racial dos estudantes, profissionais da educação e equipes gestoras sejam incorporados às análises realizadas pelas áreas centrais da Sedu/ES e pelas Superintendências Regionais de Educação, fortalecendo a gestão baseada em evidências e a definição de estratégias voltadas à promoção da equidade racial.

EIXO 3 – GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA EQUIDADE RACIAL

Recomendação 10

Produzir e divulgar periodicamente relatórios sobre equidade racial na rede estadual de ensino.

A disponibilização de informações qualificadas constitui instrumento relevante para o fortalecimento da transparência, da gestão baseada em evidências e da avaliação contínua das políticas educacionais.

Recomenda-se que a Secretaria de Estado da Educação publique relatórios periódicos contendo dados sobre o perfil racial dos estudantes, professores, pedagogos, diretoras e diretores escolares, bem como informações relacionadas às ações desenvolvidas no âmbito da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Além de subsidiar a formulação de políticas públicas, a iniciativa poderá contribuir para ampliar o debate institucional sobre equidade racial e fortalecer a cultura de monitoramento na rede estadual.

Recomendação 11

Desenvolver instrumento institucional de autoavaliação sobre equidade racial para as escolas da rede estadual de ensino.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que as percepções das diretoras e dos diretores escolares acerca das desigualdades raciais, do racismo e do papel da gestão escolar em seu enfrentamento não são homogêneas, influenciando diretamente as práticas desenvolvidas nas unidades de ensino. Os dados também revelam diferenças na incorporação da temática racial aos instrumentos de gestão, às ações pedagógicas e aos processos institucionais das escolas.

Diante desse cenário, recomenda-se que a Secretaria de Estado da Educação desenvolva e disponibilize um instrumento institucional de autoavaliação sobre equidade racial, a ser utilizado periodicamente pelas unidades escolares como estratégia de reflexão, diagnóstico e planejamento.

Sugere-se que o instrumento contemple dimensões relacionadas à gestão escolar, ao Projeto Político-Pedagógico, à implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais, às práticas pedagógicas, à formação dos profissionais, à representatividade, ao enfrentamento de situações de racismo e à promoção de ambientes escolares inclusivos e acolhedores.

Além de subsidiar o planejamento das escolas, a iniciativa poderá contribuir para ampliar a capacidade institucional da rede de identificar desafios, monitorar avanços e fortalecer políticas voltadas à promoção da equidade racial.

EIXO 4 – GESTÃO DEMOCRÁTICA E IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Recomendação 12

Fortalecer a participação da comunidade escolar na implementação e no acompanhamento das ações relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a incorporação da temática racial ao cotidiano escolar ocorre de maneira heterogênea entre as unidades de ensino, sendo influenciada pelas percepções, experiências e prioridades atribuídas pelas diretoras e pelos diretores escolares. Tal cenário reforça a importância da construção de mecanismos coletivos que ampliem o compromisso institucional das escolas com a promoção da equidade racial.

Nesse sentido, recomenda-se o fortalecimento dos Conselhos de Escola como instâncias de participação, acompanhamento e mobilização das ações relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais, ampliando o envolvimento de estudantes, profissionais da educação, famílias e comunidade local.

Sugere-se, ainda, a institucionalização de um Fórum Estadual dos Conselhos de Escola, com a constituição de uma comissão permanente voltada ao acompanhamento, à mobilização e ao monitoramento das ações relacionadas à implementação da política de Educação para as Relações Étnico-Raciais na rede estadual de ensino.

A medida poderá contribuir para fortalecer a gestão democrática, ampliar a participação social e consolidar a promoção da equidade racial como compromisso coletivo da comunidade escolar.

Recomendação 13

Promover estratégias de escuta e participação dos estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar na construção de ambientes educacionais mais inclusivos e comprometidos com a equidade racial.

A pesquisa demonstra que as desigualdades raciais se manifestam de diferentes formas no cotidiano escolar e que sua identificação nem sempre ocorre de maneira uniforme entre os diferentes sujeitos que compõem a comunidade educativa.

Nesse contexto, recomenda-se o incentivo a práticas permanentes de escuta, diálogo e participação que permitam identificar desafios, reconhecer demandas e construir coletivamente estratégias voltadas à promoção da equidade racial.

A iniciativa poderá fortalecer o sentimento de pertencimento, ampliar a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e contribuir para a construção de relações mais democráticas e respeitosas no ambiente educacional.

EIXO 4 – GESTÃO DEMOCRÁTICA E IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Recomendação 14

Desenvolver orientações complementares para contextualização e implementação dos Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo no âmbito da rede estadual de ensino do Espírito Santo.

Embora o Ministério da Educação tenha disponibilizado referenciais nacionais para prevenção e enfrentamento das situações de racismo no ambiente escolar, os resultados desta pesquisa evidenciam diferenças na compreensão e no tratamento dessas situações entre as diretoras e os diretores escolares participantes.

Diante desse cenário, recomenda-se que a Secretaria de Estado da Educação elabore orientações complementares que dialoguem com a realidade da rede estadual capixaba, contemplando fluxos institucionais, responsabilidades dos diferentes atores envolvidos, estratégias de acolhimento, encaminhamento e acompanhamento dos casos, bem como articulações possíveis com as Superintendências Regionais de Educação e demais órgãos da rede de proteção.

A medida poderá contribuir para qualificar a implementação dos protocolos nacionais, ampliar a segurança institucional das equipes escolares e fortalecer a capacidade da rede de responder de forma pedagógica, protetiva e antirracista às situações de discriminação racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Nota Técnica foi elaborada com o propósito de contribuir para o fortalecimento das políticas de gestão escolar e de promoção da equidade racial na rede estadual de ensino do Espírito Santo.

As recomendações aqui apresentadas não possuem caráter normativo nem pretendem esgotar as possibilidades de atuação da Secretaria de Estado da Educação. Constituem subsídios para reflexão, planejamento e aprimoramento das ações relacionadas à seleção, formação, desenvolvimento e acompanhamento das lideranças escolares, bem como à implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Ao organizar evidências e transformá-las em proposições voltadas à gestão educacional, este documento busca aproximar a produção acadêmica dos processos de formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas, reafirmando o compromisso da educação pública com a equidade, a democracia e a valorização da diversidade.

Espera-se que as recomendações aqui sistematizadas possam contribuir para o fortalecimento de uma rede de ensino cada vez mais comprometida com o reconhecimento das diferenças, o enfrentamento das desigualdades e a garantia do direito à educação para todos os estudantes.

Mais do que um conjunto de recomendações, este documento busca contribuir para o aperfeiçoamento das políticas educacionais desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, reafirmando a importância da gestão escolar como espaço estratégico para a promoção da equidade racial e para a consolidação da Educação para as Relações Étnico-Raciais na rede estadual de ensino.

As evidências produzidas por esta pesquisa indicam que o enfrentamento das desigualdades raciais não depende apenas do compromisso individual das diretoras e dos diretores escolares. Trata-se de um desafio institucional que demanda políticas, processos, formação, acompanhamento e gestores escolares comprometidos com a construção de uma educação pública mais democrática, inclusiva e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 04 out. 2024.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, N. L. (Org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 97-109.

GOMES, N. L. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 143-154.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan. 2003. Disponível em https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/abstract/?lang=pt. Acesso em 15 set. 2024.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2002.

MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ em 05 nov. 2003. p. 1-17. Disponível em https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf. Acesso em 09 set. 2024.

SILVA, A. C. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. In: NASCIMENTO, A. D; HETKOWSKI, T. M. (Org.) **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-101. Disponível em https://static.scielo.org/scielobooks/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em https://www.scielo.org/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/abstract/?lang=pt. Acesso em 12 set. 2024.